

RESENHA

Livro: Action, contemplation and happiness: an essay on Aristotle

Autor: C.D.C. Reeve

Editora: Harvard University Press

Ano: 2016

Por: *Adriel Fonteles de Moura*¹

Lançado em 2012 pela Harvard University Press, *Action, Contemplation and Happiness: An Essay on Aristotle* é um livro que apresenta os temas mais caros da filosofia aristotélica, desde a metafísica até a política, sob a perspectiva da experiência humana com o mundo, com a sua forma de pensar e com o seu posicionamento ético em relação aos seus semelhantes. Noutras palavras, o livro mostra que agir, contemplar e buscar a felicidade não depende apenas do posicionamento do humano enquanto um sujeito agente. Trata-se de designar o *ánthrōpos* como um fruto de relações e processos cosmológicos, lógicos e éticos que coordenam o seu modo de agir, de pensar e de buscar a felicidade. Toda esta designação ocorre através de uma reflexão restrita e intimamente atenta à filosofia de Aristóteles por C.D.C. Reeve, sem interpolações excessivas de comentadores.

No início do livro, o autor examina como que a ação e a contemplação estão intrinsecamente ligadas às capacidades humanas responsáveis pelo desejo, pela percepção sensível e pela intelecção. Na sua definição interpretativa, Reeve diz que o agir é fruto do desejo, cuja função é transmitir uma forma da alma para o mundo. Por outro lado, a contemplação, proveniente da atividade intelectual, é o movimento de transmissão da forma dos fenômenos do mundo para a alma. Logo, a ação e a contemplação, entre si, correspondem a movimentos contrários entre o mundo e a alma humana.

Para compreender como ocorre este processo, é preciso entender primeiro como ocorre a transmissão de forma da alma para o mundo, através da ação. Para isso, Reeve leva em consideração o conceito aristotélico de *pneûma*, enquanto princípio de movimento da alma e da funcionalidade do corpo. O *pneûma* desempenha um papel

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: adriel.fonteles@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3923-9388>.

operativo na reprodução, na alimentação e na preservação da vida de todos os seres animados, mas, no caso dos humanos, ele confere a inteligência, o que nos traz alguma contiguidade com o estatuto dos seres divinos.

Neste caso, ocorre uma proximidade entre o *pneûma* e o elemento éter, visto que ambos são constituintes motores dos corpos e possuem algum grau de divindade: assim como o *pneûma* transmite a forma aos corpos animados, o éter transmite a forma para as divindades. Os corpos celestes, considerados como seres dotados de algum grau de divindade, também possuem uma vida e uma alma. Desta maneira, o *pneûma* coordena o movimento interno dos corpos animais, assim como o éter coordena o movimento dos elementos que compõem os corpos celestes. Portanto, o que Reeve diz nesta etapa do livro é que, a partir deste jogo cosmológico entre o *pneûma* e o éter, principia-se os fenômenos da transmissão da forma do mundo para alma (contemplação) e da alma para o mundo (ação).

E sobre o desejo (*orektikós*), capacidade humana motivadora da ação? Para Reeve, Aristóteles concebe-o como uma parte perceptual primária, causadora do movimento nos animais. Nos humanos, o desejo pode ter uma causa também através das nossas faculdades intelectuais. Considerando que, isoladamente, a parte intelectual da alma não é capaz de causar nenhuma ação, o desejo é que faz a ação ser realizável a partir da inteligência. Por esta razão, Reeve propõe que buscar o equilíbrio entre o desejo e a inteligência é uma questão ética: se ficarmos a mercê dos desejos, praticamos ações incontidas; se nos atermos apenas à parte intelectual, deixamos de agir. Assim sendo, a solução aristotélica para este problema é o exercício da sabedoria prática (*phrónēsis*).

Um dos pontos nevrálgicos do livro é a análise da sabedoria prática na formação da virtude de caráter da alma humana e como ela assegura o bom funcionamento da inteligência. As ações consideradas como virtuosas não são, em si mesmas, capazes de produzir a virtude no humano. O que é um fator determinante para a construção da virtude humana é a *temperança* ou um exercício racional voltado para o controle de nossas ações. Além disso, Reeve considera que a ética aristotélica não deve ser isolada das demais áreas do saber; pelo contrário, trata-se de um esforço coordenado entre as diferentes áreas do conhecimento que fundamentam a ética.

Por outro lado, em paralelo com a ética, o desenvolvimento do homem enquanto animal político, regulado pelas leis e normas da *pólis*, pressupõe necessariamente o desenvolvimento ético, ou seja, o desenvolvimento temperante e racional das nossas ações tendo em vista a formação de um caráter virtuoso. Por fim, nas considerações

políticas de Aristóteles, o papel de uma boa constituição de leis, para cada ambiente político, é servir como guia para o desenvolvimento virtuoso do cidadão, levando sempre em consideração a felicidade, bem último almejado pelos humanos.

Em suma, na ética e política aristotélica, é muito importante olhar atentamente as medidas das ações humanas. Estas medidas têm a ver com os impactos das ações ou padecimentos que executamos ou sofremos e como isso pode alterar a nossa *virtude de caráter*. Este é, pois, o papel principal da sabedoria prática, que opera em conjunto com os nossos desejos para regulá-los e encontrar o melhor *meio* possível para atingir um objetivo. Segundo Reeve, o papel do desenvolvimento da virtude se torna justamente este, estando mais alinhado ao processo do que à finalidade da ação humana.

A finalidade de toda ação motivada pela sabedoria prática é a felicidade (*eudaimonia*), fim incondicional de toda e qualquer deliberação da vida prática e teórica. Neste sentido, a felicidade se enquadra como um princípio universal que não pode ser alcançado apenas através de uma deliberação acerca de casos particulares, visto que não há caminho indutivo para experienciar a felicidade em si.

Ora, uma das grandes questões da ética aristotélica é se existe a possibilidade de uma ciência que tenha por fim a própria felicidade. O que se sabe é que a felicidade deve fazer parte tanto da circunstância que coordena a ação humana quanto da finalidade da qual o humano almeja através de suas ações. Em suma, na visão de C.D.C. Reeve, a noção aristotélica de felicidade é problemática pois não fica claro exatamente quais gêneros de coisas se enquadram na noção de felicidade. Ao mesmo tempo, a felicidade é um campo da sabedoria prática, da virtude, do prazer, da educação e do cultivo do pensamento, mas sem pertencer especificamente a nenhuma destas áreas. Por esta razão, Reeve acredita que a felicidade não está concentrada apenas na finalidade de uma ação, mas na conformidade entre os princípios traçados e os objetivos almejados de quem pratica a ação.

Para tentar encontrar um caminho claro para melhor estabelecer os critérios que qualificam a noção aristotélica de felicidade, Reeve dedicará boa parte do seu livro para fazer uma investigação rigorosa do conceito. A princípio, a *eudaimonia* é um conceito que apresenta alguma versatilidade, pois ela representa também uma vida de gratificação de acordo com a ação humana e a sua finalidade, independentemente do tipo de ação, contanto que esteja relacionada com uma vida virtuosa. Entretanto, há uma certa hierarquia entre as “felicidades” a ser considerada, pois, uma felicidade experimentada pela contemplação acaba por ser mais duradoura do que a felicidade

experimentada pelos atos da vida prática. Para entendermos melhor a felicidade contemplativa, Reeve mostra que o sentido originário no contexto da investigação filosófica já parte de Platão; *eudaimonía* seria o equivalente a uma voz ou um sinal divino que tem por papel aconselhar ou alertar os humanos acerca da prudência de suas ações. Assim, a *eudaimonía* não é algo que está incorporado à razão ou à consciência.

Uma escolha é mais digna e feliz sendo feita com base a um princípio intrínseco e uma finalidade igualmente intrínseca pelo indivíduo em sua qualidade de contemplador intelectual. Conclui Reeve, não basta apenas que alguma ação nossa seja conforme a uma finalidade, mas, devido a imensa quantidade de finalidades que uma ação pode ter, cabe a nós sabermos escolher com dignidade o fim que queremos, para daí termos a dignidade de completá-los. É neste ponto que Reeve distingue o que seria uma felicidade completa e uma felicidade incompleta: quando um indivíduo é capaz de realizar um fim levando em consideração a sua dignidade de escolha, ele consegue realizar a sua felicidade de forma completa. Por outro lado, a felicidade incompleta está mais relacionada com a nossa dependência aos bens externos, quando não estamos totalmente seguros de nossas escolhas. Porém, somente os “seres divinos” podem experimentar a felicidade em sua completude, sem precisar dos bens externos. O humano, segundo Reeve, não sobreviveria se dependesse apenas da “dieta da contemplação”, o que tornaria a felicidade de segundo gênero – dependente dos bens externos – condição necessária mas não suficiente para a felicidade de primeiro gênero, dependente de uma contemplação autocentrada acerca das nossas escolhas.

De acordo com a interpretação de Reeve, cada ser possui alguma função (*érgon*) que é intrínseca a sua conformidade natural. Há seres que possuem menos funções e outros que possuem múltiplas funções. Mas cada tipo de ser tem, pelo menos, uma função que designa a sua particularidade enquanto espécie. Por exemplo, o ser humano tem funções como alimentar-se, reproduzir, perceber e pensar. No entanto, apenas o pensamento se coloca como uma função propriamente humana e que, na prática, faz o humano realizar a sua *humanidade*. A felicidade, por sua vez, é o fruto desta conformidade que aproxima o humano daquilo que, propriamente, o faz ser *humano* por natureza: *pensar*.

No entanto, o pensamento enquanto função que qualifica a diferença específica do humano é matizado, ou seja, há graus distintos em que o pensamento ocorre. Parte-se do pensar segundo um bem externo para atingir finalidades práticas para o pensar enquanto exercício contemplativo dos seres perfeitos e imateriais, de origem divina.

Então, no campo do pensar, a função do humano, rigorosamente falando, é conhecer a verdade. Alcançar este conhecimento é o que define o que há de melhor e mais virtuoso do ser humano.

Em resumo, Reeve destaca que a felicidade humana é resultado de uma união entre a virtude completa e uma vida completa. No livro, a virtude completa pode ser entendida como um “amalgama” entre a sabedoria prática e a virtude de caráter (*kalokagathía*) baseada na sabedoria teórica. Logo, a felicidade humana só pode ser verdadeiramente completa se a sua atividade for predominantemente voltada para a sabedoria contemplativa. Por outro lado, sabedoria prática operaria como um necessário instrumento secundário do pensar.

O livro de C.D.C Reeve é uma interessante tentativa de fundamentar a ética aristotélica para além dos meandros das condutas humanas, apresentando inclusive as raízes cosmológicas da própria ética do filósofo. Trata-se de um olhar para a obra aristotélica que conduz o leitor a pensar a condição humana e a sua busca pela felicidade para fora do que é propriamente considerado como humano. E esta busca se faz indispensável para a compreensão de nossa própria condição.

Recebido em: 29/12/2020
Aprovado em: 27/05/2021